

Francisco

António de Faria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 36

Aos dezanove dias do mês de Junho de mil novecentos e oitenta e quatro, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, sob a Presidência do Presidente Francisco Fernando da Encarnação Dias, secretariado pelos vogais António Rodrigues Garcês e João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos vogais António Manuel Pinto Soares Machado, Henrique Manuel Marques Domingos, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Albertino Moreira de Oliveira, Carlos Vicente Ferreira, António Manuel de Carvalho Serra Granjêia, António Adérito Brás Coelho e Silva, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Domingos Simões Maia, João Pereira Soares, Ester da Conceição Rocha Martins, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Dinis José Capitolino Magueta, António Manuel de Almeida Alves, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, António José Valente, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Manuel Rodrigues Simões, Jaime Ferreira Marques Vieira, Eugénio Martins das Neves, Manuel Branco Pontes, Manuel Pereira Cabral Monteiro, António Ferreira da Silva.

Pelas 21.00 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais José Luis Rebocho de Albuquerque Christo, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Eduardo António Ramalheira, Fernando da Conceição Mendes, Maria Helena Dias Camelo, Helder Oliveira dos Santos Filipe, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Lúcio de Jesus Lemos, Silvério Conde Teixeira, Jaime Rodrigues Machado, António Correia Marques da Silva, Manuel Simões Madail, António Henriques Sancho, João Gamelas da Silva Matias, Celestino Alberto dos Santos Antunes, Manuel Gaspar Fernandes.

No uso da palavra, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentadas pelos Vogais João Sachetti Távora, Carlos Candal, António Alves, Celestino Antunes, António Ferreira da Silva, Jaime Rodrigues Machado, Albertino Oliveira e Lúcio Lemos, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

De imediato, o Presidente submeteu à consideração e votação as seguintes actas:

ACTA Nº 26- Aprovada com 25 votos a favor e 2 abstenções.

ACTA Nº 27- Aprovada com 25 votos a favor e 2 abstenções.

ACTA Nº 28- Aprovada com 25 votos a favor e 2 abstenções.

ACTA Nº 29- Aprovada com 25 votos a favor e 2 abstenções.

Imediatamente a seguir, deu-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

No uso da palavra, o Vogal António Ferreira da Silva, alertou a Câmara Municipal para a necessidade de proceder à entrega do subsídio às Escolas Primárias do concelho para fins de limpeza, dado o adiantado do ano.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Rui de Brito.

Imediatamente a seguir, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo no uso da palavra, teceu as seguintes considerações: "Tinha pensado iniciar a minha intervenção de hoje dando-lhe um título que eu considero muito belo e que surge numa tragédia de Shakespeare. Título esse que dava à minha intervenção uma característica eminentemente nacional, com o seu sabor de nostálgica saudade, do que podia ter sido e não foi, ou do que pode ainda ser e que infelizmente não é. Esse título, frase do poeta inglês era "O Inverno do Nosso Descontentamento". Pensando melhor, e embora mantendo e concretizando a ideia aí contida, decidi-me por um início mais árido, recorrendo ao suporte legal que vai permitir esta minha intervenção. O Decreto-Lei nº 100/84, na sua alínea e) no que se refere à competência da Assembleia Municipal, diz o seguinte: "e)- Solicitar e receber, através da mesa, informações sobre assuntos de interesse para a autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que poderão ser requerido por qualquer membro e em qualquer momento."

Baseando-nos neste direito legal que nos assiste gostaríamos de tecer algumas considerações sobre a actuação da Câmara Municipal, sobretudo na pessoa do seu Presidente. As deliberações tomadas e as aprovações feitas são para ser cumpridas e não para ser alteradas ao belo prazer do Executivo Municipal. Já por várias vezes nos temos queixado, e, as nossas queixas leva-as o vento!- que uma vez na posse de um voto a favor sobre determinada matéria, não mais se respeita aquilo que foi deliberado. Esta Assembleia não tem merecido por parte do Snr. Presidente da Câmara o respeito que lhe merece e a lei lhe confere. Nós temos sido, ao longo destes anos, um mero "verbo de encher" que é preciso suportar com má vontade, somos um cliente maçador que se despacha rapidamente como uma mercadoria de segunda, e que faz suspirar

de alívio quando recebemos "ordem de marcha". Evidentemente que as filosofias políticas que informam cada um dos grupos desta Assembleia são diferentes. Tão diferentes que por vezes chegamos a duvidar se estaremos todos a trabalhar para o mesmo objectivo, isto é, o "Bem Comum", os interesses do nosso concelho a melhoria das condições de vida das nossas freguesias. Dessa diferente filosofia política que nos informa, e que ^{para} nos socia-democratas se baseia, por um lado no respeito pela pessoa humana como indivíduo que tem direitos próprios e específicos - por isso nós ^{somos} humanistas e não marxistas-; e por outro no Bem Comum das várias sociedades que deve estar acima dos interesses de grupos pequenos ou grandes - dessa diferença, dizia, tem que necessariamente advir uma diferente forma de estar no mundo e na vida, uma diferente forma de encarar aquilo a que chamamos o Bem Comum, e os interesses de cada indivíduo. Para nós o Bem Comum neste caso específico do Concelho de Aveiro, seria em 1º lugar, garantir que todos os munícipes pelo menos gozassem dos mais elementares e fundamentais direitos - abastecimento de água ao domicílio; rede de esgoto; fornecimento de energia eléctrica; estradas e escolas em bom estado! Esses direitos não estão garantidos em todo o concelho. Há zonas onde não há fornecimento de água. Zonas onde não há esgoto. Zonas onde não há estradas ou estão em péssimo estado. Zonas onde as escolas precisam de obras. Zonas onde a energia eléctrica falha constantemente. Se nós fôssemos Câmara - e o Snr. Presidente estando a aproximar-se do fim do 3º mandato consecutivo já teve tempo para realizar isto tudo - Se nós fôssemos Câmara, repito, talvez não tivéssemos feito as obras que o Snr. Presidente fez - a célebre passagem desnivelada de Esgueira - mas teríamos com muita humildade e com muita preocupação feito essas obras que atrás enumerei. São obras que não se veem! Obras que não podem ser assinadas numa "vernissage" espectacular, e que talvez não tenham grande expressão eleitoral. Mas são obras que vão tornar mais iguais ou pelo menos "menos diferentes" os cidadãos do Município de Aveiro. Não é a igualdade obrigatória, absoluta, rasa, cerceante da afirmação, da personalidade e da competência de cada indivíduo que nós defendemos. É sim, a igualdade de oportunidades à partida, a satisfação igualitária, das necessidades mínimas de higiene e conforto que defendemos, para todos os habitantes do Concelho de Aveiro! Fazer uma ou duas obras monumentais pode vir a dar frutos políticos pessoais, mas não melhora a situação das populações, não respeita o seu direito de igualdade de condições de vida. Estas considerações fazem-me recordar uma afirmação referida num livro de George Orwell "Animal Farm" com o título em português "O Triunfo dos Porcos!" "Os animais (nessa sociedade de animais) são todos iguais, mas há uns mais iguais que outros.

Handwritten signature and scribbles at the top of the page.

A 1ª grande crítica a fazer-lhe Snr. Presidente, neste balanço da sua actividade à frente do Município é essa: pensou mais em deixar o seu autógrafo na cidade de Aveiro do que em procurar diminuir as diferenças entre as condições de vida dos cidadãos de todo o concelho. A 2ª grande crítica, e que também não é novidade, é a do Snr. Presidente não executar as decisões que o Snr. mesmo toma e de ^{que} às vezes se digna informar esta Assembleia!... Estou a recordar-me de uma situação concreta recente: no caso dos semáforos da Variante. Foi aqui declarado pelo Snr. Presidente, em resposta a uma interpelação sobre as frequentíssimas avarias- quase dava vontade de afirmar que os semáforos na Variante são mais avarias do que semáforos- que o assunto estava resolvido. As avarias eram devidas à descontinuidade de fornecimento de energia. Segundo fomos informados a Câmara entrara em contacto com a E.D.P. e esta ia construir um Posto de Transformação que garantia o fornecimento constante de energia eléctrica, evitando-se assim as avarias. O nosso espanto foi enorme, quando - pelos jornais- e esta Assembleia parece estar eternamente condenada a tomar conhecimento das alterações às decisões e declarações do Snr. Presidente pelos jornais- quando, repito soubemos que os semáforos iam ser todos substituídos por outros menos sensíveis. Surgiram-nos imediatamente várias dúvidas: então já não ia ser instalado pela E.D.P. o tal posto de transformação que resolvia o problema? Em quantos milhares de contos iria importar a substituição? Seria viável, razoável e por que não dizer como o Odorico minimamente pensável esbanjar milhares de contos, quando- e novamente segundo declarações aos jornais- a Câmara atravessa um período de grande dificuldades económicas? "Algo anda mal no Reino da Dinamarca", Snr. Presidente!? Voltando agora às considerações que fiz anteriormente sobre esta Assembleia Municipal, gostaria de levantar uma questão, que engloba várias outras, e que diz respeito ao seu funcionamento. Segundo a Lei devem ser feitas reuniões em Abril, Junho, Setembro e Dezembro. Eu confesso, e nisso não estou só, que nem tenho percebido que sessões temos cumprido. Não temos praticamente funcionado desde o princípio do ano civil. De repente, agora, surgem uma série de convocatórias. A 1ª das quais com oito pontos e ainda com a indicação de que "os assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária do mês de Novembro último não analisados, serão inseridos nesta Ordem de Trabalhos de hoje". Recordo Snr. Presidente da Assembleia que o ponto 5 e o ponto 8, (respectivamente a Alteração ao Plano de Actividades e a Apreciação do Relatório e Contas), não poderão ser apreciados se a respectiva documentação não nos for entregue com a antecedência de 20 dias (isto segundo o Artigo 13º nº3 do Regimento da Assembleia).

Antes de concluir, e a intervenção embora longa está muito longe de estar completa, chamo a atenção da Assembleia e do Presidente da Câmara, para a forma como estão a ser conduzidas as relações do Snr. Presidente com os Presidentes de algumas Juntas de Freguesia. É preciso "dar a César o que é de César" ! É preciso que o Snr. Presidente respeite a autoridade e a competência que a Lei confere a cada indivíduo. Não há, nem ter que haver subserviência, servilismo ou qualquer outra situação semelhante entre ^{às} duas entidades citadas. Já não estamos em monarquia - "monarquia absoluta" entenda-se e a separação dos poderes do Estado- mesmo em Portugal onde muitas vezes vivemos atrasados um quarto de século- já se verificou há bastante tempo!...

Volto a bater na mesma tecla cuja melodia já fiz ouvir no princípio desta intervenção: primeiro devem estar os interesses dos munícipes e a preocupação de utilizar os dinheiros públicos, -que são de todos nós,- na tentativa de diminuir as diferenças entre as condições de vida dos habitantes do concelho de Aveiro. Gastar centenas de milhares de contos em obras mal planeadas e de resultados duvidosos, quando há tantas questões de 1ª necessidade para resolver parece-nos injusto e absurdo! Temos a sensação de haver na actuação do executivo uma grande confusão, confusão essa que dá uma noção errada do que é ou não é prioritário. A sensação, e desculpem de novo as citações de índole literária, igual à sensação que existe na "25ª Hora" de Virgil Giorgiu, quando os ratos brancos surgem e a tripulação de um navio, na eminência do naufrágio tenta fugir. É, confesso, uma sensação pouco tranquilizadora, que nos levanta sérias preocupações: gostamos de ver planear com tempo, com calma, com competência, com exagerada preocupação até, porque quando se trata o que não é nosso deve-se ser duplamente cuidadoso, e duplamente competente!

Gostamos de independência de espírito a todos os níveis! - não dever favores a ninguém para que ninguém nos venha cobrar o pagamento desses favores. Gostamos de competência; e a competência autêntica é sempre acompanhada, não de falsa modéstia, mas da noção exacta de que somos competentes, mas não somos os mais competentes de todos e por isso é preciso com uma humildade dignificante, que é fruto da verdadeira sabedoria, recorrer à competência alheia e aceitá-la. Gostamos de largueza de ideias e de vastos horizontes que olhem o futuro, mas isso não deve ser confundido, com esta ou aquela obra pontual que nem pela sua grandeza esconde o facto de haver gente sem água, sem esgotos, sem estradas... É muito difícil personificar todas estas qualidades, disso temos consciência. Mas é possível, ser-se independente, rodear-se de pessoas competentes, ser coerente, ter sempre em vista primeiro o Bem Comum. Cremos que é possível apesar da crise de honestidade geral que o país

atravessa. Creemos que é possível, como dizia Kipling " ... conservar o Bom Senso e a Calma num mundo a delirar".

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Fernando Augusto de Oliveira.

Também no uso da palavra, o Vogal Cabral Monteiro, começou por se reportar à deslocação da Banda amizade à Alemanha Federal e à sua participação no 6º Festival Internacional de Música, integrado no seu 150º aniversário.

Mais referiu que, como membro da comitiva, não poderia deixar de denunciar o enorme êxito que aquela participação teve tanto no âmbito musical como na extraordinária conduta de toda a comitiva.

Em face do exposto, aquele Vogal propôs que esta Assembleia Municipal manifestasse à Banda Amizade o reconhecimento por tão prestigioso comportamento, que bastante dignificou Aveiro e Portugal. Mais propôs que através do Presidente desta Assembleia, fossem tomadas as necessárias diligências para que a Rádio Televisão Portuguesa viesse a transmitir, integralmente, a actuação daquela Banda, a exemplo do que se verificou na Alemanha Federal.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Fernando Almeida e Silva.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal António Manuel Granjeira para tecer algumas considerações inerentes à abertura do concurso para o projecto das piscinas municipais, começando por referir que, embora concorde com a execução de uma piscina olímpica e de outra coberta, não podia concordar com a execução de um tanque de saltos, dado que é uma obra bastante cara e despropositada face às características atmosféricas da cidade de Aveiro. Em alternativa aquele Vogal sugeriu que fosse estudada a reconversão daquele tanque, por forma a transformá-lo em tanque de aprendizagem coberto como está projectado.

Na âmbito do trânsito, alertou a Câmara para a necessidade de diligenciar junto da Direcção de Viação no sentido de ser arranjado um recinto apropriado à aprendizagem de condução a fim de se impedir que sejam criadas más condições ao trânsito cidadão.

Seguidamente, tomou da palavra o Vogal Carlos Candal para corroborar em parte, as considerações tecidas pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo quanto ao facto de se não verificar uma maior periodicidade nas reuniões desta Assembleia, cuja responsabilidade não poderá ser centrada no Presidente da Câmara mas sim no órgão colectivo e, ainda, no Presidente da Assembleia,

a quem compete fiscalizar o fornecimento de matéria de agenda para que a Assembleia possa reunir com uma periodicidade mais aceitável.

De todo o modo, pensa que se não pode ser tão pessimista dado que não tem havido quaisquer intenções em subalternizar ou menosprezar esse Órgão, dada a forma digna e cautelosa que o Presidente da Mesa tem dedicado ao funcionamento da Assembleia.

Ainda no uso da palavra aquele Vogal, manifestou a sua congratulação pelo sucesso da Banda Amizade aquando da sua deslocação à Alemanha a fim de participar no festival de música, corroborando, ainda, as propostas apresentadas pelo Vogal Cabral Monteiro no sentido de que esta Assembleia manifestasse à Banda Amizade o seu reconhecimento.

Congratulou-se ainda, pela publicação do Boletim Municipal nº 3, realçando a actuação e carinho dedicado pelo Vereador Custódio Ramos responsável pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal, à sua publicação.

Deu, ainda, nota da criação, na generalidade, da Freguesia de Santa Joana pela Assembleia da República, e sugeriu que após a sua aprovação na especialidade, que se espera ocorra brevemente, a Câmara Municipal se associe, dando o maior apoio possível, à euforia que então se vier a registar na nova autarquia.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal alertou a Câmara para algumas situações ligadas ao sector do trânsito sugerindo que fossem introduzidas as devidas correcções na rotunda que se encontra em execução junto da passagem inferior de Esgueira, dado que a sua localização e perfil não se coaduna com a zona onde se integra, bem, como sugeriu que fosse estudada a correcção das cotas de pavimento da via junto do nó sul de acesso à cidade, dada a sua irregularidade existente.

Relativamente à recuperação e ao aproveitamento do edifício da Fábrica Jerónimo Pereira Campos quis saber em que fase se encontrava.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal António Alves para reforçar as observações feitas pelo Vogal Carlos Candal quanto à necessidade de se reestudar a implantação da rotunda existente junto da passagem inferior de Esgueira, tornando, ainda, extensivas tais observações à rotunda implantada junto da passagem inferior da Forca.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal alertou a Câmara para as deficientes recuperações dos pavimentos após a execução de quaisquer obras, e, embora não seja competência da Câmara, sugeriu que fossem alertadas as entidades competentes quanto à reparação dos muros dos canais da ria, pois que a morosidade que se verifica na execução daquelas obras provoca mau aspecto.

Também no uso da palavra, o Vogal António Coelho e Silva começou por registar com desagrado a utilização das paredes para inscrições de variados tipos de publicidade, situação que deveria merecer de Câmara uma actuação mais rápida por forma a evitar-se tais situações.

Reportando-se, de imediato, à Zona Industrial, registou com agrado os melhoramentos de que foram alvo as artérias daquela zona, alertando contudo, a Câmara para a necessidade de proceder a melhoramentos na Variante e nos semáforos situados no cruzamento de Taboeira, bem como à construção de instalações sanitárias públicas junto do terminal da carreira dos transportes colectivos a fim de se impedir que os abrigos existentes sejam utilizados como tal.

Ainda no âmbito da Zona Industrial, solicitou que a Câmara diligenciasse junto dos C.T.T. a fim de que aquela entidade promovesse uma acção de pesquisa no sentido de se detetarem as anomalias existentes na rede telefónica ali instalada que provocam um sistemático descarregar de impulsos sem que se esteja no uso do telefone.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal António Rocha Andrade.

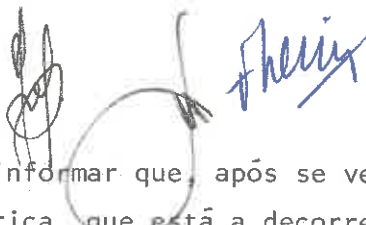
De imediato, o Presidente da Mesa teceu algumas considerações, começando por salientar que durante o ano de 1983 a Assembleia Municipal reuniu trinta vezes apenas se registando uma falta de quorum, o que demonstra uma periodicidade de reuniões assinalável.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados, começando por informar que no ano corrente a Câmara promoverá a execução de um regulamento sobre publicidade que permita controlar o uso abusivo das paredes como painéis publicitários, contra o que manifestou o seu protesto.

Relativamente à zona industrial, salientou que, quando foi concebida, a Câmara deixou uma zona livre para que os industriais aí implantassem o equipamento colectivo indispensável para apoio às suas indústrias, nomeadamente salas de conferências, restaurante, centros de convívio e uma mini zona desportiva, em que a Câmara poderia, efectivamente participar.

Em face do exposto, lançou um desafio aos industriais no sentido de revitalizarem a ideia inicial a que a Câmara prestará o apoio possível, cedendo os terrenos e fornecendo os projectos.

No que se refere às considerações tecidas e questões colocadas quanto à recuperação do edifício da Fábrica Jerónimo Pereira Campos,


 começou por informar que, após se verificar a demolição dos edifícios adjacentes à Fábrica, que está a decorrer, a Câmara iniciará a sua recuperação que se prevê tarefa difícil dadas as dimensões do edifício. Contudo, salientou que a Câmara decidiu promover o isolamento daquela fábrica e proceder à iluminação da área envolvente a fim de proteger das agressões de que tem sido alvo. Mais informou que o Gabinete de Apoio Técnico de Aveiro- GAT- está a proceder ao levantamento global do edifício e que o Instituto Português do Património Cultural vai classificar o edifício, que poderá criar algumas/burocráticas à Câmara que espera não vir a acontecer, dado que as obras de recuperação vão carecer da autorização daquele Instituto, que só passados cinco anos depois da Câmara, veio a encontrar tal edifício. Mais referiu que a Câmara vai tentar alguma obra fazer/naquele edifício que será de facto, o grande Centro Cultural de Aveiro e o grande espaço onde todas as Associações poderão actuar. Até que tal seja possível, a Câmara, face às dificuldades de arranjar instalações, está a negociar a possibilidade de utilizar o edifício do antigo Magistério Primário pertença do Banco Fonecas & Burnay, para poder instalar as referidas associações culturais durante os anos mais próximos.

Abordando, de imediato, a temática das piscinas municipais, considera que, dada a in experiência dos técnicos da Câmara no tratamento de assuntos de índole técnica muito específica, todas as opiniões fornecidas por pessoas ligadas à natação poderão ser extremamente úteis à elaboração do projecto das piscinas.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara associou-se às considerações tecidas pelo Vogal Cabral Monteiro quanto ao êxito obtido pela Banda Amizade na sua deslocação à Alemanha Federal e informou que a Câmara já deliberou atribuir os subsídios para fins de limpeza às Escolas do Concelho.

Concluindo a sua intervenção e reportando-se às considerações tecidas pela Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, o Presidente da Câmara manifestou-se nos seguintes termos: " Eu penso que o respeito por mim próprio e por esta Assembleia me impedem de dar qualquer resposta. Eu compreendo que as pessoas tenham problemas- todos nós na vida temos problemas, situações menos claras e clarividentes. Eu sei que as senhoras também têm períodos na vida que são muito difíceis. Por isso mesmo eu que me sinto ofendido pelas suas palavras, pela dignidade que esta Assembleia me merece- esta Assembleia que aprovou os Planos de Actividade que a Câmara está a executar- pela dignidade que eu tenho por mim próprio, não respondo".

[Handwritten signatures and initials]

Seguidamente o Vereador Engº Vitor Silva tomou a palavra para prestar esclarecimentos inerentes à problemática do trânsito, começando por informar que os problemas de trânsito resultantes da prática de aprendizagem e exames de condução tendem a desaparecer a médio prazo, dado que a Direcção-Geral de Viação vai construir um parque para o efeito. Mais referiu, que se tal não vier a acontecer, terão que ser tomadas medidas preventivas pela Câmara Municipal.

Relativamente às observações feitas quanto à rotunda implantada junto à passagem inferior de Esgueira que a mesma foi feita em regime experimental, e que vai ser alvo das devidas correcções logo que a EDP retire um poste de sustentação de fios eléctricos que impede, de imediato, a correcta implantação da citada rotunda.

De novo no uso da palavra, e em resposta à intervenção do Presidente da Câmara, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo considera que se não sabe aceitar as críticas deverá mudar de profissão. Reportando-se à afirmação de que a Câmara não tem espaços públicos na cidade, lembrou que foi aprovada a aquisição de um prédio sito na Rua Príncipe Perfeito para fins públicos, nomeadamente para recepções, dada a beleza do seu interior, mas uma vez autorizada a sua compra, a casa foi utilizada para mercearia da Câmara. Em face do exposto e comprovada a falta de espaços, pensa que é a altura para se fazer a sua recuperação e utilizá-la para fins de utilidade pública.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que não é político, mas pretende ser um gestor municipal sério, e fazer o melhor possível pelo concelho de Aveiro, porque a política talvez seja mesmo o "Triunfo dos Porcos".

No que se refere à aquisição do prédio atrás citado e à sua utilização salienta que a Câmara não iria utilizar o rés-do-chão do mesmo para quaisquer tipos de recepções mas sim o primeiro andar, onde ainda reside uma família.

Encerrado o período de antes da ordem do dia, deu-se entrada na Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:

Dando início à sua comunicação, o Presidente da Câmara apresentou ^{desculp} pelo tipo de afirmações atrás proferidas, algumas das quais considera incorrectas, pois que tudo o que a Câmara está a fazer foi aprovado por esta Assembleia e se, porventura, há opções que não estão certas, a responsabilidade cabe à Assembleia Municipal por ter aprovado as propostas de Planos de

Actividades apresentadas pela Câmara, a quem compete executar.

Por todas as afirmações feitas, que considera demagógicas e mentirosas, lavrou o seu protesto tanto mais que, nesta Assembleia, tem dado provas de suficiente humildade para aceitar as críticas sérias e construtivas.

Abordando, de imediato, a temática inerente à situação financeira da Câmara, salientou que as restrições impostas pelo Orçamento Geral do Estado criam dificuldades de gestão às Câmaras Municipais durante o corrente ano. Mais salientou que tais dificuldades existem também porque a Câmara imobilizou, no espaço de um ano, cerca de 160 mil contos em aquisições de terrenos para obras públicas e futuras urbanizações que permitam o crescimento da cidade, impondo-se, portanto, uma gestão cuidada que implica o reaver dos investimentos feitos e a suspensão de novos empreendimentos para que se possa atingir o equilíbrio financeiro necessário.

Reportando-se, de seguida, ao projecto das eclusas, informou que muitas das contestações então feitas foram atenuadas pelo estudo desenvolvido pela Câmara que permitiu o arranque do projecto com a construção da comporta no Canal do Paraíso.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara referiu que se iniciou a campanha da construção do edifício para as repartições públicas, para o que existe uma certa abertura da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Mais referiu que, embora a Secretaria de Estado das Obras Públicas diga que não existe verba no Orçamento Geral do Estado destinada à construção daquele edifício, se torna urgente criar espaços para outros edifícios com fins públicos, dado que a capacidade do projectado é já insuficiente para as necessidades.

No que concerne a questões ligadas ao esquema viário urbano, salientou o empenho da Câmara em adquirir os terrenos necessários para a abertura e construção da futura Avenida Central, que será a grande via urbana distribuidora de tráfego rápido, bem como em promover a reconversão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e o consequente estudo para a problemática do trânsito que nela circula, preservando, contudo e contrariamente ao que tem sido divulgado, as árvores existentes na mesma, salientando, ainda, a actividade desenvolvida pela Câmara na área do meio ambiente através da plantação de cerca de 1500 árvores.

Ainda no âmbito da problemática ligada à rede viária urbana, deu nota do projecto da Câmara em promover a construção de uma passagem superior à linha do caminho de ferro, no prolongamento da Av. 25 de Abril que vem permitir anular duas passagens de nível, nomeadamente as que se situam junto do Pão de Açúcar e da Escola Comercial. Mais referiu que tal empreendimento será

comparticipado pelo FETT-Fundo Especial dos Transportes Terrestres e que será submetido à consideração da Assembleia Municipal como aditamento ao Plano de Actividades para o ano em curso. Relativamente à via-rápida Aveiro-Viseu-Vilar Formoso, informou que já foi feita a pré-selecção para a sua adjudicação que poderá vir a possibilitar o início da sua construção a curto prazo, no que se refere ao troço Albergaria-Viseu.

Constituindo uma das grandes preocupações da Câmara, o planeamento urbanístico, destacou a actividade desenvolvida no sentido de definir todas as zonas de expansão urbanística e ultimar os planos iniciados há já alguns anos.

Da sua comunicação, consta ainda uma abordagem à problemática dos terrenos do "plano integrado de Santiago", realçando que a Câmara pretende que todos os terrenos sobrantes venham a passar para o seu património a fim de ali se poder construir o equipamento social indispensável ao apoio àquela urbanização e, ainda, edifícios para serviços públicos.

No âmbito do ensino, deu nota das preocupações resultantes do atraso que se verifica na construção da Escola Secundária de Esgueira, que provocará sérias dificuldades quanto às matriculas para o ensino no próximo ano lectivo. Como consta do Plano de Actividades a criação de lugares para o ensino pré-primário, informou que ainda se não verificou qualquer criação por dificuldades financeiras, ainda que já exista um edifício na Costa do Valado para o efeito.

No prosseguimento da sua comunicação, o Presidente da Câmara referiu-se ao Mercado Abastecedor e à Central de Camionagem, informando que, sendo aquele equipamento participado, a Câmara tudo fará no sentido de que os mesmos venham a ser uma realidade. Reportou-se, ainda, às obras do arranjo do Largo do Rossio e das Barrocas, de que já só falta concluir o projecto de iluminação.

Deu, ainda, nota de que o Congresso da Ria, que visa fundamentalmente debater os problemas da Ria, poderá vir a ser realizado em Novembro, próximo, lançando uma apelo aos membros da Assembleia Municipal no sentido de apresentarem sugestões sobre os temas que devam ser discutidos durante o citado Congresso.

Concluindo a sua comunicação, transmitiu a preocupação da Câmara quanto à degradação da zona de S. Jacinto provocada pelas obras do Porto de Aveiro e salientou que urge promover a sua recuperação. Mais comunicou que se prevê o arranque do Centro de Formação Profissional para o próximo ano e que a Câmara Municipal de Aveiro foi eleita para integrar o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios.

Também no uso da palavra, o Vereador Eng^o. Sequeira Pereira iniciou a comunicação acerca da actividade desenvolvida na área dos Serviços Municipalizados informando que já se encontra em execução a montagem do equipamento electromecânico no furo do Silval; que se encontra instalada a conduta de água do furo AC 5 das Quintãs e que se iniciou o estudo para a implantação dos depósitos para abastecimento de água à zona norte do concelho para o que já se efectuaram as aquisições de terrenos necessários para aquele empreendimento.

Deu, ainda, nota da conclusão das obras da estação de tratamento de águas de Vale de Ílhavo, bem como da remodelação da rede de água na zona do Liceu, informando que de seguida terão início as obras de remodelação da rede de água na Av^a. Dr. Lourenço Peixinho e que se prevê para breve o arranque das obras para a montagem da conduta de água para abastecer a povoação de Taboelira. No que se refere ao abastecimento de água à freguesia de S. Jacinto, informou que todo o equipamento necessário se encontra montado, estando o seu funcionamento dependente da ligação da energia eléctrica a executar pela E.D.P..

Na área do saneamento, informou que, finalmente, todas as estações elevatórias situadas na zona baixa da cidade estão equipadas e já se encontram em funcionamento quatro estações estando as restantes dependentes da ligação da energia eléctrica. Mais referiu que tais infraestruturas originam encargos financeiros para os munícipes. Deu, ainda, nota da conclusão das obras de ligação da rede de saneamento de S. Bernardo à estação de tratamento do Eucalipto bem como das obras da Quinta do Grinê e da Quinta do Olho d'Água e da encomenda dos estudos para o saneamento de toda a zona de Esgueira. Salientou, também, a necessidade de se proceder à remodelação da estação de tratamento de Santiago, dadas as deficiências que se registam no seu funcionamento.

No sector dos transportes colectivos, informou que se encontra em fase de estudo a possibilidade de se proceder à abertura de um concurso público para o fornecimento de autocarros novos.

Entretanto, abandonou a sala a Vogal Fátima Faria Tavares.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Carlos Candal para referir que o seu pessimismo quanto à estrada Aveiro-Viseu-Vilar Formoso não é de suspeição em relação ao favoritismo de Coimbra, dado que está assente, por exigência internacional, que deve haver uma prioridade de dois anos entre a ligação Aveiro-Viseu e a ligação Coimbra-Viseu, mas sim de que a obra possa ser iniciada e concluída dentro dos prazos programados, ou seja no período compreendido entre 1984 e 1987. De todo o modo, considera agradável saber-se que na alteração da rede de grandes estradas nacionais, apoiadas internacionalmente,

se mantêm as citadas anteriormente, esperando que haja possibilidades financeiras por parte do Governo Português para permitir que aquele empreendimento se torne uma realidade.

Abordando, de imediato, a introdução da intervenção do Presidente da Câmara, salientou que aquele não tem que se melindrar com as críticas que se lhe façam no estilo que cada uma tem, embora reconheça que deve sentir, na fase de dificuldades económicas e financeiras que a Câmara, tal como o País atravessa, a impossibilidade de prosseguir a realização de grandes obras. Nessa perspectiva, as críticas ou reservas feitas por alguns membros e por si próprio quanto às eclusas ganham vulto, já que, nestes períodos de crise é possível fazer os pequenos arranjos que também fazem parte da actividade da Câmara Municipal.

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal teceu elogios à obra de plantação de árvores levada a cabo pela Câmara, embora por vezes haja falta de critério no sistema.

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Câmara para salientar que não se melindra quando a crítica que lhe é dirigida é muito directa à actuação da Câmara Municipal, simplesmente não aceita que se faça crítica à sua actuação pois que tudo o que faz é aprovado pela Assembleia Municipal, o que demonstra falta ^{de} coerência. Mais referiu que sempre tem dado provas de estar aberto à crítica feita com um mínimo de serenidade e senso.

De imediato, usou da palavra o Vogal Ulisses Manuel Pereira para manifestar um voto de satisfação por se verificar que vai ser distribuído às escolas primárias do concelho o subsídio para fins de expediente e limpeza.

No âmbito de pedidos de esclarecimento, perguntou que tipo de edifícios estão projectados para a urbanização da Fábrica Jerónimo Pereira Campos e quais os primeiros resultados obtidos pela Câmara da nova experiência de trânsito em curso na Ponte de Praça. Porque lhe havia sido prometido na última reunião e porque ainda não lhe foi prestada qualquer informação acerca da perspectiva da Câmara face aos novos prazos para apresentação da conta de gerência e relatório e face à sua capacidade de resposta para o efeito, reformulou a mesma questão perguntando ainda que relatórios e contas de gerência irá a Assembleia apreciar no decurso da presente sessão como consta da respectiva Ordem de Trabalhos.

Quanto à situação financeira do município, pensa que o Presidente da Câmara deveria dar conhecimento da mesma à Assembleia Municipal antes de publicamente o ter feito. De todo o modo, perguntou se, em termos orçamentais, o desfazamento reporta-se ao sector das receitas ou também ao sector das despesas.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal reforçou o pedido anteriormente formulado na última reunião quanto à reparação do piso junto da passagem de nível da Rua das Cardadeiras, pois que, até à presente data e apesar da promessa feita pelo Presidente da Câmara ainda se não tinha verificado qualquer reparação.

O Vogal António Rocha Andrade, no uso da palavra, iniciou a sua intervenção tecendo as seguintes considerações: "Não sei se se reflecte no meu estado de espírito, mas enfim, também se nota nesta Assembleia, transparece aqui em Aveiro, porventura transparece finalmente em todo o País mesmo ao nível autárquico, a grave crise que atravessamos. Transparece nas obras e no ânimo das pessoas e penso que o País, infelizmente, está a criar um estado de certo desânimo. Eu costumava dizer que uma das mutações, porventura a única mutação verdadeira que houve depois do "25 de Abril de 1974" tinha sido ao nível autárquico, na medida em que o Estado pouco ou não nada mudou; a Administração Central é, praticamente, igual ao que foi; ao nível autárquico houve uma mudança que está hoje meia paralisada, está o País em riscos de ficar a meio, continuar eternamente a ser um País aditado e isso nota-se a todos os níveis. Todos nós sentimos um certo adormecimento e, porventura, a tensão e os conflitos verbais registados em algumas intervenções serão produto de tudo isto. Todos nós teremos que fazer um grande esforço, não obstante a crise - que é extremamente concreta e grave - no sentido de ultrapassar o desânimo que se instalou".

Ainda no uso da palavra, aquele Vogal ao reportar-se às considerações tecidas pelo Presidente da Câmara acerca do edifício para as Repartições Públicas e ao constatar-se que a capacidade do edifício projectado se antevê insuficiente para as necessidades, alertou para a necessidade de se perspectivar uma outro local para a construção de um edifício com capacidade para a instalação de várias repartições públicas.

Concluindo a sua intervenção, perguntou qual o ponto da situação em relação ao planeamento urbanístico para o Côjo e à construção do celeberrimo Edifício-Rumo naquele largo, que espera não venha a concretizar-se, bem como ao problema do parque-auto que se projectava fazer na Rua Dr. Alberto Souto.

Entretanto, abanhou a sala o Vogal António Manuel Granjeira.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas, começando por informar que o parque-auto projectado é uma ideia abandonada dados os custos elevados que este investimento implicaria para a Câmara e dado que os resultados do inquérito efectuado pelos Serviços Técnicos da Câmara não foram muito significativos. Manifestou a grande

preocupação da Câmara em solucionar o problema da urbanização do Côjo, bem como da não implantação naquele local do Edifício-Rumo, cujo processo se encontra na posse de um advogado para que, do ponto de vista jurídico, sejam apreciados os riscos e as alternativas que a Câmara possa vir a ter.

Mais informou que a urbanização da Fábrica Jerônimo Pereira Campos comporta alguns edifícios de grande porte, estando aprovadas algumas situações pontuais em que se prevê a construção de um ou outro edifício de doze andares e, provavelmente, um de catorze. Salientou, contudo, a tentativa que fez junto da referida Fábrica no sentido de prescindir da construção de alguns daqueles edifícios, proposta que veio a ser declinada pela Gerência da citada Empresa. De todo o modo, refere que se mantêm em estudo aquela questão.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que serão apreciadas as contas de gerência e relatórios de 1980 a 1982. Quanto ao relatório e conta de gerência do ano de 1983, pensa que seria preferível, por uma questão de comodidade para a Assembleia, apreciar já estes documentos, embora considere que há poucas possibilidades para os elaborar dentro de um prazo acessível.

Dado que ainda se não procedeu à devida reparação do pavimento da passagem de nível da Rua das Cardadeiras, o Presidente da Câmara assumiu o compromisso de mandar executar a correspondente obra, salientando, contudo, que a mesma é da responsabilidade da C.P..

Quanto ao desfazamento do Orçamento, salienta que a situação financeira da Câmara é sempre mais difícil no início de cada ano porque as receitas locais só começam a dar entrada na Tesouraria a partir de Maio e deve-se, fundamentalmente, à incidência de despesas provocadas pelas grandes obras que transitaram do ano findo.

Também no uso da palavra, o Vereador Eng^o. Victor Silva informou que os resultados da nova experiência de trânsito em curso na Ponte Praça, dadas as pequenas dimensões da rotunda, no entender de alguns técnicos especialistas são favoráveis, desde que seja cumprida e respeitada a sinalização. Mais referiu que, dado o carácter experimental daquela iniciativa, será necessário testá-la por um período mais dilatado, posto o que, se não forem satisfatórios os resultados obtidos, proceder-se-á a outros ensaios.

Imediatamente a seguir, o Presidente procedeu à divulgação de uma moção aprovada pela Assembleia Municipal da Murtosa na qual se propõe que os preços de consumo de energia eléctrica sejam iguais em todo o País e que seja contemplada a agricultura com preços mais acessíveis.

Seguidamente, foi posta à votação a proposta apresentada pelo

Vogal Cabral Monteiro e alusiva à recente participação da Banda Amizade no III Festival de Música realizado na Alemanha Federal, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

Dado o adiantado da hora, o Presidente declarou encerrada a presente reunião.

Eram 0. horas e trinta minutos do dia 20.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta de tudo quanto se passou e que, no que for omissa, melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários de acordo com o disposto no artigo 42º. do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março.

Francisco
António de Jesus
Secretário